



LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA		
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional	SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ Subprocurador-Geral Judicial	HUMBERTO PIMENTEL Subprocurador-Geral Recursal
EDUARDO TAVARES MENDES Corregedor-Geral do Ministério Público	MAURÍCIO ANDRÉ BARROS PITTA Ouvidor do Ministério Público	

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA Lean Antônio Ferreira de Araújo Presidente		
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá Vicente Felix Correia Denise Guimarães de Oliveira Sérgio Amaral Scala Neide Maria Camelo da Silva Sandra Malta Prata Lima	Walber José Valente de Lima Eduardo Tavares Mendes Maurício André Barros Pitta Helder de Arthur Jucá Filho Silvana de Almeida Abreu Maria de Fátima de Carvalho Albuquerque Vilela Péricles Gama de Lima Filho	Lean Antônio Ferreira de Araújo Valter José de Omena Acioly Isaac Sandes Dias Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos Luiz José Gomes Vasconcelos Humberto Pimentel

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO Lean Antônio Ferreira de Araújo Presidente		
Eduardo Tavares Mendes Maurício André Barros Pitta	Lean Antônio Ferreira de Araújo Isaac Sandes Dias Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos	Valter José de Omena Acioly Helder de Arthur Jucá Filho

Procuradoria-Geral de Justiça

Despachos do Procurador-Geral de Justiça

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS EM EXERCÍCIO, DR. WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA, DESPACHOU NO DIA 16 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 02.2024.00003651-2.

Interessado: GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E LAVAGEM DE BENS - GAESF/MPAL.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção da medida sugerida.

Proc:02.2025.00013960-0.

Interessado: GAECO/MPPB.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, notadamente a remessa de fls. 12/13, determino o arquivamento do presente feito.

Proc: 02.2025.00013963-2.

Interessado: 17ª Vara Criminal da Capital - TJAL.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 1ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, e de traslado ao GAECO.

Proc: 02.2025.00013968-7.

Interessado: 17ª Vara Criminal da Capital - TJAL.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação do GAESF.

Proc: 02.2025.00014014-0.

Interessado: Promotoria de Justiça de Jaguariúna - MPSP.

Assunto:Requerimento de providências.



Despacho: À 8ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 02.2025.00014017-2.

Interessado: 13ª Vara Criminal da Capital - Trânsito e Auditoria Militar.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À d. Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2025.00014027-2.

Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região - MACEIÓ.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À d. Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc. GED n.20.08.0284.0005568/2025-94.

Interessado: Chefia de Gabinete da PGJ.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Comissão Eleitoral.

Proc. GED n.20.08.0284.0005113/2025-60.

Interessado: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ciente. Encaminhem-se os autos à ESMP.

O SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU NO DIA 16 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, O SEGUINTE PROCESSO:

Proc. GED n.20.08.1365.0008181/2025-46.

Interessado: WALBER JOSE VALENTE DE LIMA.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro. À DRH para as anotações de estilo.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 16 de dezembro de 2025.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima

Analista do Ministério Público

Portarias

PORTARIA PGJ nº 893, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. GED/MP n. 20.08.0284.0005565/2025-78, RESOLVE, estabelecer a lotação da seguinte servidora:

NOME	LOTAÇÃO
THAYLINE MARIA SANTOS VASCONCELOS	5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAPIRACA

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 894, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. SÉRGIO RICARDO VIEIRA LEITE, Promotor de Justiça de Girau do Ponciano, para funcionar no Processo nº 0000103-24.2022.8.02.0060, em tramitação na Comarca de Feira Grande, com sessão do Tribunal do Júri a ser realizada no dia 17 de dezembro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.



WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 895, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o servidor MARCONDES BATISTA AYRES, Analista do MP – Área Jurídica, para secretariar a Comissão Eleitoral, instituída pela Resolução CPJ 33/2025. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 896, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. GED/MP n. 20.08.1365.0008154/2025-96, RESOLVE designar a servidora ISADORA MENESES SOUZA MORAIS, Assistente de Procuradoria de Justiça, para exercer o cargo de Assessor de Procurador de Justiça, do Quadro desta PGJ, durante o afastamento da titular, GABRIELA FAEZY DE OLIVEIRA, com efeitos retroativos ao dia 5 de dezembro transato. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 897, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. LUCAS SCHITINI DE SOUZA, Promotor de Justiça de Feira Grande, para realizar as audiências do dia 17 de dezembro do corrente ano, na Comarca de Girau do Ponciano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 898, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. SAJ/MP nº 02.2025.00013807-7, RESOLVE designar o Dr. JAMYL GONÇALVES BARBOSA, 21o Promotor de Justiça da Capital, para funcionar no Proc. 0003042-57.2022.8.02.0001. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Procurador-Geral de Justiça em exercício

Outros

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA PGJ E CGMP-AL Nº 01/2025



Dispõe sobre a remessa dos Planos de Atuação e Gestão das unidades do Ministério Público do Estado de Alagoas ao Colégio de Procuradores de Justiça, referentes aos anos de 2026/2027.

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA E O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, notadamente as conferidas pelos artigos 9º, inciso XI e 16, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 15/96;

CONSIDERANDO o teor da Resolução CPJ nº26/2023, que tem como escopo o incremento pelos órgãos de execução, da resolutividade do Ministério Público do Estado de Alagoas;

CONSIDERANDO a exiguidade do tempo e o acúmulo de serviços em algumas unidades do Ministério Público;

RESOLVEM:

Recomendar às unidades do Ministério Público do Estado de Alagoas (Promotorias e Procuradorias de Justiça, CAOP e órgãos congêneres), que, caso não possam concluir os Planos de Atuação e Gestão, referentes aos anos de 2026/2027, até o dia 31/12/2025, previstos na salientada Resolução, os remetam ao Colégio de Procuradores de Justiça, impreterivelmente, até o dia 30/03/2026.

Maceió, 02 de dezembro de 2025.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça

Eduardo Tavares Mendes
Corregedor-Geral do Ministério Público

* - Republicado

Subprocuradoria Geral Administrativo Institucional

Despachos do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA, DESPACHOU, NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2025, OS SEGUINTE PROCESSOS:

GED: 20.08.1290.0001941/2025-95

Interessado: Dr. Alberto Fonseca - Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Considerando o Ato PGJ nº 02 e 09/2025, defiro o pedido à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, vão os autos às DPO/DCF para providência.

GED: 20.08.1365.0008235/2025-43

Interessado: Dr. Edelzito Santos Andrade – Promotor de Justiça

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Ao considerar a excepcionalidade do caso, justificada pelo comprovado acúmulo de atribuições, aliado ao considerável número de Promotorias de Justiça sem provimento titular, o que reclama a permanência do membro do Ministério Público em atividade, defiro o adiamento do gozo de férias requerida, por necessidade do serviço, na forma do art. 1º, caput, da Resolução CPJ nº 8/2024.

GED: 20.08.1365.0008234/2025-70

Interessado: Dr. João de Sá Bomfim Filho – Promotor de Justiça

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Ao considerar a excepcionalidade do caso, justificada pelo comprovado acúmulo de atribuições, aliado ao considerável número de Promotorias de Justiça sem provimento titular, o que reclama a permanência do membro do Ministério Público em atividade, defiro o adiamento do gozo de férias requerida, por necessidade do serviço, na forma do art. 1º, caput, da Resolução CPJ nº 8/2024.



GED: 20.08.1365.0008231/2025-54

Interessado: Monique Natássia Neville de Araújo – Técnico desta PGJ

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.

GED: 20.08.1365.0008230/2025-81

Interessado: Anderson Macena Cavalcante - Assessor desta PGJ.

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.

GED: 20.08.1365.0008228/2025-38

Interessado: Flávia Pâmela de Lima - Assessora desta PGJ.

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.

GED: 20.08.1365.0008227/2025-65

Interessado: Thiago Henrique Ferreira - Assessor desta PGJ.

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.

GED: 20.08.1365.0008226/2025-92

Interessado: Janaína Ribeiro Soares - Diretora de Comunicação Social desta PGJ.

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.

GED: 20.08.1365.0008225/2025-22

Interessado: Dr. Vicente José Cavalcante Porciúncula – Promotor de Justiça.

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Ao considerar a excepcionalidade do caso, justificada pelo comprovado acúmulo de atribuições, aliado ao considerável número de Promotorias de Justiça sem provimento titular, o que reclama a permanência do membro do Ministério Público em atividade, defiro o adiamento do gozo de férias requerida, por necessidade do serviço, na forma do art. 1º, caput, da Resolução CPJ nº 8/2024.

GED: 20.08.1365.0008218/2025-17

Interessado: Rafael Brasil Nunes - Assistente desta PGJ

Assunto: Requer parcelamento de férias.

Despacho: Considerando as informações de fl. 08, defiro o pleito. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0008211/2025-12

Interessado: Dr. Vicente Felix Correia – Procurador de Justiça.

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.

GED: 20.08.1365.0008223/2025-76

Interessado: Dr. Coaracy José Oliveira da Fonseca – Promotor de Justiça

Assunto: Requerendo Licença médica.

Despacho: Considerando o art. 65 da Lei Complementar nº 15/1996, defiro a licença requerida. Vão os autos à Diretoria de Recursos para providências. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0008221/2025-33

Interessado: Dra. Sandra Malta Prata Lima – Procuradora de Justiça.

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.

GED: 20.08.1365.0008220/2025-60

Interessado: Dr. Hélder de Arthur Jucá Filho – Procurador de Justiça.

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.



GED: 20.08.1365.0008224/2025-49

Interessado: Dr. Vicente José Cavalcante Porciúncula – Promotor de Justiça.

Assunto: Solicitando anotação em ficha funcional.

Despacho: Ciente, defiro o pleito. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1296.0000318/2025-79

Interessado: Coordenadoria de Contratos e Convênios desta PGJ

Assunto: Solicitando prorrogação de contrato.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Contrato PGJ nº 36/2022. Pedido de Providências. Aditivo de prorrogação de prazo e reajuste de preço, cujo objeto é a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, elétrica e mecânica em geradores desta Procuradoria-Geral de Justiça, para atender as necessidades do Ministério Público. Anuência do gestor e dos fiscais do contrato. Regularidade jurídica e fiscal da contratada. Reajuste dos preços. Orçamento nº 415/2025. Contrato vigente. Existência de disponibilidade financeira e orçamentária. Regularidade jurídica, trabalhista e fiscal da empresa. Aplicação do art. 57, inciso II e art. 65 Lei nº 8.666/93 e, da cláusula nova e décima primeira do contrato. Aprovação da Minuta Contratual. Pelo deferimento da prorrogação contratual com reajuste junto a empresa CLIMATEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA EPP. Envio para Coordenadoria de Contratos e Convênios para providências.”. Defiro. Vão os autos à Coordenadoria de Contratos e Convênios para providências.

GED: 20.08.1365.0008210/2025-39

Interessado: Kariline Malta Pontes Ramalho – Chefe de Gabinete desta PGJ.

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.

GED: 20.08.1365.0008208/2025-93

Interessado: Dr. Luiz José Gomes Vasconcellos – Procurador de Justiça.

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.

GED: 20.08.1365.0008217/2025-44

Interessado: Dr. Wesley Fernandes Oliveira – Promotor de Justiça.

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Ao considerar a excepcionalidade do caso, justificada pelo comprovado acúmulo de atribuições, aliado ao considerável número de Promotorias de Justiça sem provimento titular, o que reclama a permanência do membro do Ministério Público em atividade, defiro o adiamento do gozo de férias requerida, por necessidade do serviço, na forma do art. 1º, caput, da Resolução CPJ nº 8/2024.

GED: 20.08.1332.0000315/2025-08

Interessado: Joabe Lins da Silva - Técnico desta PGJ

Assunto: Solicitando mudança em jornada de trabalho.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Servidor Público. Jornada de Trabalho. Pedido de readequação de jornada de trabalho de servidor(a) lotado(a) na Diretoria de Tecnologia da Informação deste Ente Ministerial. A concessão de readequação da jornada de trabalho por motivos de interesse do serviço, por não consubstanciar hipótese expressamente regulada pelo ato interna corporis regente, orna o juízo discricionário da autoridade administrativa competente, cuja manifestação pressupõe análise razoável dos motivos aduzidos à luz do interesse público. Aplicação dos arts. 26 e 31 do Ato Normativo nº 19/2012.”. Defiro. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.

GED: 20.08.1365.0008216/2025-71

Interessado: Kerlynnne Barros Melo Abreu – Assistente desta PGJ.

Assunto: Solicita antecipação de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.

GED: 20.08.1365.0008214/2025-28

Interessado: Cícero de Jesus da Silva – Analista desta PGJ.

Assunto: Solicita adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.

GED: 20.08.1551.0000262/2025-94



Interessado: Janyne Beatriz Santos Silva – Técnico desta PGJ

Assunto: Requer licença maternidade.

Despacho: Defiro nos termos do Parecer da Consultoria Jurídica. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.

GED: 20.08.1290.0001885/2025-55

Interessado: Dr. Alberto Fonseca - Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Considerando o Ato PGJ nº 02 e 09/2025, defiro o pedido à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, vão os autos às DPO/DCF para providência.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 16 de Dezembro de 2025.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA

Assessora de Gabinete do Ministério Público de Alagoas

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Portarias

PORTARIA SPGAI nº 1.032, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1290.0001885/2025-55, RESOLVE conceder em favor do Dr. ALBERTO FONSECA, Promotor de Justiça da 4ª PJC, de 3ª Entrância, portador do CPF nº ***.065.554-**0, 09 (nove) diárias, no valor unitário de R\$ 993,83 (novecentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 67,02 (sessenta e sete reais e dois centavos), por diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com a Resolução CPJ n. 26/2025, perfazendo um total de R\$ 8.341,29 (oito mil, trezentos e quarenta e um reais e vinte e nove centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Minas Gerais – MG e São Paulo - SP, no período de 14 a 23 de novembro de 2025, para realizar visita técnica do programa Pró-Espécies, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO: 000761 – Manutenção das Atividades do Órgão, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL

PORTARIA SPGAI nº 1.033, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1290.0001941/2025-95, RESOLVE conceder em favor do Dr. ALBERTO FONSECA, Promotor de Justiça da 4ª PJC, de 3ª Entrância, portador do CPF nº ***.065.554-**0, ½ (meia) diárias, no valor unitário de R\$ 361,39 (trezentos e sessenta e um reais e trinta e nove centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 33,51 (trinta e três reais e cinquenta e um centavos), por ½ (meia) diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com a Resolução CPJ n. 26/2025, perfazendo um total de R\$ 327,88 (trezentos e vinte e sete reais e oitenta e oito centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Coruripe – 2ª Região – Tabuleiro do Sul, no dia 11 de dezembro de 2025, para acompanhar a soltura dos papagaios-do-mangue, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO: 000761 – Manutenção das Atividades do Órgão, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL

Colégio de Procuradores de Justiça

Pautas de Reunião



**PAUTA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
23ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 18/12/2025**

Convido os Senhores Procuradores de Justiça para a 23ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, a se realizar na Sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, bem como por meio do sistema de videoconferência, na data de 18 de dezembro de 2025, quinta-feira, às 11:00h, a fim de que o Colégio aprecie as seguintes matérias:

1. Ata da 22ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025;
2. Ata da 12ª Reunião Extraordinária do CPJ em 2025;
3. Proc. SAJMP n. 02.2025.00013948-7 (para homologação)
Interessado: Dr. Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, Promotor de Justiça
Assunto: Encaminhamento do plano de atuação 2026/2027 da 1ª Promotoria Justiça de União dos Palmares.
4. Proc. SAJMP n. 02.2025.00013950-0 (para homologação)
Interessado: Dr. Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, Promotor de Justiça
Assunto: Encaminhamento do plano de atuação 2026/2027 do Núcleo de Defesa da Educação.

A reunião será transmitida em tempo real pelo seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/user/MPdeAlagoas>.

Secretaria do CPJ, em 15 de dezembro de 2025.
Edelzito Santos Andrade
Secretário do Colégio de Procuradores

Outros

LISTA DE CANDIDATOS ELEGÍVEIS PARA ELEIÇÃO PARA FORMAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE DESTINADA À ESCOLHA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, nos termos do art. 3º da Resolução CPJ nº 32/2025, publicada na edição 1496 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Alagoas do dia 5 de dezembro de 2025, torna pública a relação dos candidatos inscritos e elegíveis para concorrer à eleição para formação de lista tríplice destinada à escolha do Procurador-Geral de Justiça, visando o cumprimento de mandato relativo ao biênio 2026/2028:

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
RODRIGO SOARES DA SILVA
LEONARDO NOVAES BASTOS
FLÁVIO GOMES DA COSTA NETO
MAURÍCIO ANDRÉ BARROS PITTA
ISAAC SANDES DIAS

Maceió, 16 de dezembro de 2025

Walber José Valente de Lima
Procurador-Geral de Justiça em exercício

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ELEITORAL DESTINADA A EXAME E HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS À FORMAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE PARA NOMEAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MPE/AL – BIÊNIO 2026-2028

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (16/12/2025), às onze horas (11:00h), no Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, localizado no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, n. 70, bairro do Poço, no município de Maceió, capital do



Estado de Alagoas, compareceram para Reunião da Comissão Eleitoral destinada a apurar e presidir a eleição de formação da lista tríplice para nomeação ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas – biênio 2026-2028, o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça em exercício Walber José Valente de Lima e os Excelentíssimos Promotores de Justiça Luciano Romero da Matta Monteiro, Humberto Henrique Bulhões Barros Paula Nunes e Carlos Omena Simões. Com a palavra, o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça em exercício Walber José Valente de Lima, afirmou que a presente reunião da Comissão Eleitoral tem o escopo de analisar as candidaturas ao pleito que visa à formação da lista tríplice para nomeação ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, referente ao biênio 2026-2028, e homologar as candidaturas dos candidatos ao pleito, na forma dos arts. 3º, 7º, 8º, 9º e 10 da Resolução CPJ n. 32/2025, publicada na edição n. 1496 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Alagoas do dia 5 de dezembro de 2025. Na oportunidade, verificou-se a existência de 6 (seis) inscritos, conforme certidão da Comissão Eleitoral, datada de 16 de dezembro de 2025, a saber: Lean Antônio Ferreira de Araújo (Expediente GED n. 20.08.0284.0005534/2025-42), Rodrigo Soares da Silva (Expediente GED n. 20.08.0284.0005559/2025-46), Leonardo Novaes Bastos (Expediente GED n. 20.08.0284.0005560/2025-19), Flávio Gomes da Costa Neto (Expediente GED n. 20.08.0284.0005561/2025-89), Maurício André Barros Pitta (Expediente GED n. 20.08.0284.0005562/2025-620 e Isaac Sandes Dias (Expediente GED n. 20.08.0284.0005563/2025-35). Examinados os processos de inscrição, a Comissão Eleitoral, à unanimidade, verificou que os candidatos inscritos preenchem as exigências constantes na Resolução CPJ n. 32/2025, bem como dos artigos que regem a matéria na Lei Complementar Estadual n. 15, de 22 de novembro de 1996, e Lei Complementar Estadual n. 21, de 30 de abril de 2002, pelo que resolve declarar os candidatos inscritos aptos a concorrerem ao pleito e, portanto, HOMOLOGAR as mencionadas inscrições, determinando, desde já, que a presente Ata seja publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Alagoas, de acordo com o disposto no art. 10 da Resolução CPJ n. 32/2025, determinando, ainda, o encaminhamento do presente ato homologatório ao Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas para fins de publicação, em conformidade com a parte final do art. 3º da Resolução CPJ n. 32/2025, esclarecendo que após a aludida publicação, restará aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que qualquer membro da instituição, na forma do art. 10 da multicitada Resolução CPJ n. 32/2025, possa formular as impugnações que entender necessárias. Nada mais havendo, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta ata que fiz e rubriquei como membro da Comissão Eleitoral destinada a apurar e presidir a eleição de formação da lista tríplice para o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas – biênio 2026-2028, sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da sessão.

Walber José Valente de Lima
Procurador-Geral de Justiça em exercício
Presidente da Comissão Eleitoral

Luciano Romero da Matta Monteiro
Promotor de Justiça
Membro titular da Comissão Eleitoral

Humberto Henrique Bulhões Barros Paula Nunes
Promotor de Justiça
Membro titular da Comissão Eleitoral

Carlos Omena Simões
Promotor de Justiça
Membro titular da Comissão Eleitoral

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA DG Nº 61, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025



O Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais e mediante delegação através da Portaria PGJ nº 193, de 24 de Janeiro de 2017, resolve designar o Promotor de Justiça HUMBERTO HENRIQUE BULHÕES BARROS DE PAULA NUNES, CPF ***.488.454-**, matrícula nº 69129-1, como gestor, o servidor VICTOR MARINHO DE MELO MAGALHÃES, portador do CPF ***.657.234-**, matrícula nº 825389-7, como fiscal técnico, e a servidora ADALGISA REJANE SOARES DE CARVALHO, portadora do CPF ***.574.134-**, matrícula nº 8256385, como fiscal administrativa do Contrato nº 23/2025, firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e a Fundação Carlos Chagas, inscrita no CNPJ nº 60.555.513/0001-90.

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL
Diretor-Geral

Promotorias de Justiça

Portarias

SAJ MP nº 06.2025.00000486-8

RECURSOS HÍDRICOS – CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA – OUTORGA

PORTARIA Nº 0032/2025/5ª PJC

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, em face de denúncia formulada por moradores do condomínio Parque Pontal das Marés, informando a existência de um poço clandestino no local, tendo sido perfurado sem a outorga da SEMARH.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que o Brasil, apesar de abrigar aproximadamente 12% (doze por cento) da água doce disponível no globo, 18 % das águas superficiais, apresentar vazões médias de quase 180 milhões de litros por segundo e localizam-se 50 dos rios mais caudalosos do mundo, vem enfrentando o dilema da escassez hídrica, situação compartilhada pelo Estado de Alagoas;

CONSIDERANDO que em 2002 houve o reconhecimento internacional do direito fundamental à água, através do Comentário Geral nº 15, sobre os artigos 11 e 12 do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, no qual reconhece os limites de disponibilidade de água e a sua característica como bem público essencial à vida e à saúde;

CONSIDERANDO que a agenda 21 global, programa de ação de escala planetária, propõe um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”, e estabelece no item 18.2, como seu objetivo “assegurar que se mantenha uma oferta adequada de água de boa qualidade para toda a população do planeta, ao mesmo tempo em que se preserve as funções, hidrológicas, biológicas e químicas dos ecossistemas, adaptando as atividades humanas aos limites da capacidade da natureza e combatendo vetores de moléstias relacionadas com a água;

CONSIDERANDO que em 2010 a Assembleia Geral da ONU, por meio da Resolução 64/292, passa a reconhecer oficialmente que o direito a água potável é um direito fundamental, essencial ao pleno gozo da vida e de todos direitos humanos, seguindo-se do reconhecimento pela Ordem dos Estados Americanos, em 05.06.2012, através da Resolução AG/RES 2760 (XL II- 0/12) e da Declaração Final da Conferência Rio + 20, também de 2012;



CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios)

CONSIDERANDO a exigência legal de licença ou autorização ambiental para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente;

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê a sujeição dos degradadores do meio ambiente a imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º);

RESOLVE:

Com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

- 1 – autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;
- 2 – comunicação da instauração do presente Inquérito Civil, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ;
- 3 – Designo a servidora Thaísa Cavalcante para secretariar os trabalhos do presente Inquérito Civil;
- 4 - Determino a expedição de ofício ao Condomínio Parque das Marés solicitando informações atualizadas a respeito das providências que estão sendo adotadas perante a SEMARH para fins de regularização do poço;

- 5 – Por fim, solicite-se a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió-AL, 16 de dezembro de 2025

LAVÍNIA SILVEIRA DE M. FRAGOSO KLEBER VALADARES C. JUNIOR
Promotora de Justiça Promotor de Justiça

Atos diversos

Planos de Atuação MPAL 2026/2027 - Promotorias

Nome do Membro
Bruno de Souza Martins Baptista

Local de Atuação
Arapiraca

Promotoria
Arapiraca – 10ª Promotoria



Tipo de Atuação
Titularidade
Coordenação / Assessoria
Substituição

Atua Também Em
Eleitoral
Coordenação / Assessoria
Substituição

Atribuições da Promotoria de Justiça
Cível
Criminal
Educação
Fundações
Moralidade Administrativa
Registros Públicos

Assuntos mais recorrentes
Improbidade administrativa, ação civil pública, portal da transparência, cargos em comissão
fora das hipóteses legais, concurso público, servidores fantasmas, licitações fraudulentas.

Dias / Turnos de Audiência Judicial
Quarta-Feira / Manhã

Dias / Turnos de Atendimento
Todos os Dias / Manhã

Quantidades de Membros, Servidores, Estagiários e Voluntários.

1 Membro(s)
2 Servidor(es)
1 Estagiário(s)
0 Voluntário(s)

Está designado para o Comitê, Núcleo ou Grupo de Trabalho?
Núcleo

A Promotoria já elaborou Plano de Atuação?
Sim

Data de elaboração do último Plano de Atuação (Quando aplicável)
09/01/2025

Equipe da Promotoria de Justiça
Bruno Baptista - Promotor de Justiça - pj.10arapiraca@mpal.mp.br - 21220740
Debora da Silva Santos - Assessora - pj.10arapiraca@mpal.mp.br -
Fabiana Ide - Técnica - pj.10arapiraca@mpal.mp.br -
Maria Aparecida Pereira Moraes - Estagiária - pj.10arapiraca@mpal.mp.br -
- - -

INICIATIVA 1
Problema/Potencialidade Diagnosticada
Baixa efetividade e estruturação das controladorias dos municípios de Arapiraca e Craíbas

Área de Atuação (Programa Estratégico vinculado PGA e PEI MPAL 2023/2029)
Corrupção / Patrimônio Público
Controle Interno

Programa Estratégico vinculado ao PEI MPAL 2023/2029



P2. Fiscalizar as contratações públicas e admissões de pessoal no serviço público

Ação Estratégica vinculado ao PEI MPAL 2023/2029

P2.A1. Atuação na fiscalização do terceiro setor atuante no serviço público

P2.A2. Fiscalizar irregularidades na admissão de servidores públicos e nepotismo

Atividades vinculadas ao PGA 2023-2026

Preparar plano de atuação na fiscalização do terceiro setor e congêneres nos Municípios

Realização dos procedimentos necessários para a fiscalização da terceirização de servidores públicos nos Municípios

Nome da Iniciativa

Fortalecimento do controle interno das prefeituras e Câmara de Vereadores de Craíbas e Arapiraca

Atuação Institucional

Extrajudicial

Esta Iniciativa Está Alinhada Com Algum Projeto Institucional?

Não

Projetos alinhados com a iniciativa (Edital N.1, de 22 de Fevereiro de 2024)

Assunto do Problema / Potencialidade

Corrupção / Patrimônio Público

Controle Interno

Início Previsto

01/01/2026

Final Previsto

24/12/2027

Diagnóstico da realidade social (conforme artigo 5 da resolução cpj 26/2023) (com base em dados do ibge, audiências públicas realizadas, etc.)

Baixo índice de servidores efetivos e de estrutura adequada das controladorias do Legislativo e Executivo de Arapiraca e Craíbas. Um diagnóstico preenchido pelos órgãos destes municípios está em fase de análise.

Objetivo da iniciativa / Meta

O Projeto FORTIC tem como objetivo geral promover o fortalecimento efetivo das instâncias de controle interno nos municípios alagoanos, compreendidas como estruturas essenciais para a defesa do patrimônio público, a promoção da integridade e a prevenção de irregularidades administrativas. A iniciativa parte da compreensão de que a atuação das controladorias, quando dotadas de estrutura, autonomia e capacidade técnica, é um vetor central na consolidação de uma cultura de legalidade, eficiência e responsabilidade na administração pública local.

Como a iniciativa promove o Objetivo Estratégico vinculado ao Planejamento Estratégico do MPAL 2023 / 2029?

Nesse sentido, o projeto visa realizar um processo estruturado e articulado de transformação institucional, com foco na valorização do controle interno como instrumento de governança, e não apenas como mecanismo reativo. Para tanto, serão promovidas ações que contemplam desde o mapeamento das condições atuais dessas unidades até a indução de mudanças estruturais que envolvam capacitação, profissionalização e difusão de boas práticas. A meta é fortalecer os fundamentos que sustentam o funcionamento ético e legal da máquina pública.

Stakeholders / Setores envolvidos (Nome - E-Mail - Telefone)

MPAL - -



TCE - -
COMPOR - -
- -
- -

Etapas / Ações (Etapa - Entrega - Responsável - Prazo)

Coleta de dados sobre o controle interno - Diagnóstico situacional das controladorias - Maria - 60 dias

Reunião com os responsáveis para tentativa de celebração de acordo - Celebração de TAC para estruturação das controladorias - Bruno Baptista - 60 dias

Ajuizamento de ACPs - Reestruturação através do judiciário - Bruno Baptista - 90 dias

Acompanhamento dos resultados - Bruno Baptista - 90 dias

Diagnóstico - Elaboração de relatório acerca da evolução do plano de ação - Bruno Baptista - 60 dias

Nome do indicador

Controladorias com estrutura mínima de 3 efetivos

Periodicidade do indicador

Semestral

Meta

2026 - 50%

2027 - 50%

ESTADO DE ALAGOAS

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAPIRACA

NOTÍCIA DE FATO Nº: 01.2025.00005492-5

RESENHA

A 11ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, por intermédio do Promotor de Justiça abaixo-assinado, vem, nos termos da Resolução 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar à interessada para a adoção de providências no feito a seguir nominado: NF - Nº 01.2025.00005492-5 – Noticiante: ANA LÚCIA AGRÍCIO DE BARROS – Objeto: Denúncia – Despacho: 1 - SOLICITE-SE à Noticiante, que no prazo de 05(cinco) dias complemente as informações contidas na denúncia, no sentido de juntar documentos imprescindíveis para o andamento do procedimento, tais como, representação relatando o fato detalhadamente, ocasião em que deverá fornecer dados ou informações mais específicas, tais como, número e/ou ponto de referência da casa do noticiado, a qualificação completa do mesmo, cor da referida residência, entre outros, a fim de que seja possível identificar e localizar o aludido noticiado, ressaltando, que em caso de não juntada de documentação aduzindo tais informações, os autos serão arquivados com fulcro no art.4º, III, da Resolução 174/2017 CNMP; 2 – Com a resposta, venham os autos conclusos; 3 - Providências necessárias, e; 4 - Cumpra-se.

Arapiraca/AL, 16 de Dezembro de 2025.

CLÁUDIO JOSÉ MOREIRA TELES
PROMOTOR DE JUSTIÇA – TITULAR